

O ‘PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM URBANO)’ NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS (2013-2016): IMPLEMENTAÇÃO EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL (2013- 2016)

Carlos Magno Mieres Amarilha
UCDB
PROSUP/CAPES
carlosmagnomieres@uol.com.br

Resumo

Este texto apresenta resultado parcial de tese de doutoramento tem como objeto de estudo a implantação do ‘Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano)’, destinado para jovens de 18 a 29 anos que não terminaram o ensino fundamental e a sua implementação por meio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS), nas escolas estaduais de dois municípios, no período de 2013 a 2016, Campo Grande (capital do estado) e Dourados o mais populoso do interior do estado. Foram selecionadas as escolas com maior número de alunos matriculados no período. A investigação compreende pesquisa bibliográfica e documental e entrevista semiestruturada com os seguintes sujeitos: coordenador do Projovem da SED-MS; dois professores e dois coordenadores das escolas estaduais selecionadas. Os resultados parciais indicam: a implantação do Projovem Urbano em 33 municípios de MS; a implementação do Projeto Político Integrado (PPI) do Projovem Urbano em 33 municípios de MS; e a Participação Cidadã como uma dimensão importante do Projovem Urbano nas escolas pesquisadas.

Palavras-Chave: Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano); Projeto Político Integrado (PPI); Participação Cidadã.

Introdução

Este trabalho apresenta resultado parcial de tese de doutoramento tem como objeto de estudo a implantação do ‘Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano)’, criado em 2005, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), destinado para jovens de 18 a 29 anos que não terminaram o ensino fundamental e a sua implementação por meio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS), nas escolas estaduais de dois municípios, Campo Grande e Dourados, localizados no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2013 a 2016, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira.

Esta pesquisa vincula-se ao projeto denominado, ‘Planejamento da Educação em Municípios Sul-Mato-Grossenses: implicações para a gestão democrática e o direito à educação’, coordenado pela Profa. Dra. Regina Tereza Cestari de Oliveira, com apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato

Grosso do Sul (FUNDECT) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas e Gestão da Educação (GEPPE), da Linha de Pesquisa ‘Políticas, Gestão e História da Educação’ do Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado e Doutorado, da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). O GEPPE integra-se em uma rede nacional de pesquisadores denominada de ‘Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão Educacional’ (REPLAG). As informações encontram-se no site: <https://redeplanejamento.wixsite.com/replag>. Esta pesquisa conta com o apoio (Taxa) do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PROSUP/CAPES).

O recorte temporal da pesquisa é de 2013 a 2016, período em que o ‘Projovem Urbano’ foi implantado por meio da SED-MS, nas escolas estaduais dos seguintes municípios de Mato Grosso do Sul: Amambaí, Anastácio, Antônio João, Aparecida do Taboado, Aquidauana, Bela Vista, Bonito, Campo Grande, Camapuã, Cassilândia, Coronel Sapucaia, Costa Rica, Coxim, Deodápolis, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Itaquiraí, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Miranda, Mundo Novo, Naviraí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Rio Brillhante, Rio Verde de Mato Grosso, Sidrolândia, Terenos, Três Lagoas. (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 1-2). Totalizando 33 municípios dos 79 municípios de MS no período de 2013 a 2016.

Observa-se que nos trabalhos acadêmicos realizados sobre o Projovem Urbano, no período de 2006 a 2016, não há pesquisas sobre a implantação e implementação do programa coordenado pelas unidades federadas, ou seja, pelo ente ‘estado’. E, nos estudos de caso, também, não há na área da Educação sobre o ‘Projovem/Projovem Urbano’ em municípios de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, pela importância do programa implantado em 33 municípios de MS, verifica-se a possibilidade de pesquisar no âmbito das políticas públicas educacionais a implantação do Projovem Urbano em MS e a sua implementação nos dois municípios mais populosos de MS, Campo Grande e Dourados, no período de 2013 a 2016.

Objetivos geral e específico

Esta pesquisa tem como Objetivo Geral analisar o processo de implantação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano), destinado a jovens de 18 a 29 anos, no âmbito das políticas nacionais de juventude e sua implementação, por meio da

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, nas escolas estaduais de dois municípios localizados no estado de MS, no período de 2013 a 2016.

Os objetivos específicos são:

- contextualizar o processo de implantação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano);
- analisar a concepção, os princípios, os conteúdos e os objetivos presentes nos documentos orientadores do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano);
- examinar os objetivos e os conteúdos presentes no Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano);
- verificar a implementação do Projeto Político Integrado (PPI) do Projovem Urbano em duas escolas da Rede Estadual de Mato Grosso do Sul, uma localizada no município de Campo Grande e outra no município de Dourados.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizam-se os seguintes procedimentos metodológicos: revisão e análise bibliográfica; levantamento, sistematização e análise documental; realização de entrevistas de caráter semiestruturado. Segundo May (2004), a entrevista semiestruturada, “combina perguntas abertas e fechadas possibilitando a flexibilidade para ir além das respostas de uma maneira que não se limite apenas às perguntas em um formato padronizado” (MAY, 2004, p. 24). As entrevistas foram realizadas com os seguintes sujeitos de pesquisa: coordenador do Projovem na Secretaria de Estado de Educação (SED-MS); dois coordenadores das escolas estaduais do Projovem Urbano, assim definidos, um do município de Campo Grande e um do município de Dourados e dois professores que ministraram a disciplina ‘Participação Cidadã’ (um de cada município). Foi selecionado para entrevista o professor dessa disciplina pelo fato de que, além de atuar em sala de aula, também teve que elaborar e desenvolver um projeto com a participação de todos os alunos, de forma a garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários, em conformidade com o ‘PPI do Projovem Urbano’. (BRASIL, 2008). As entrevistas foram realizadas em Campo Grande e Dourados após a aprovação pelo Comitê de Ética da UCDB, nos locais definidos pelos sujeitos, que assinaram o

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, entre os meses de dezembro de 2017 e abril de 2018.

Os municípios foram selecionados segundo os seguintes critérios: o primeiro, Campo Grande, que conta com 874.210 mil habitantes (IBGE, 2017a), por ter o maior número de habitantes, ser a capital do estado de MS e, sendo assim, a coordenação estadual e os cursos de formação dos educadores, foram realizadas nesse município. O segundo município, Dourados, com 218.069 mil habitantes, (IBGE, 2017b), por ser o mais populoso do interior do estado de MS. As escolas selecionadas, uma de cada município, foram as que apresentaram o maior número de alunos matriculados no Programa.

As análises fundamentam-se no materialismo histórico-dialético, de modo especial na construção teórica sistematizada em Neves (2005, 2010), que demonstra a existência, na atual conjuntura, de um movimento de novo tipo, a ‘Nova Pedagogia da Hegemonia’. A tese de doutoramento foi estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo contextualiza a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano).

O segundo capítulo analisa a concepção, os princípios, os conteúdos e os objetivos presentes nos documentos orientadores do Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano).

No terceiro capítulo analisa-se a implementação do Projeto Político Integrado (PPI) do Projovem Urbano em duas escolas da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Desenvolvimento

A institucionalização de uma agenda governamental de políticas públicas para a ‘juventude’ no Brasil ocorreu no governo de Lula da Silva (2003-2006), com a criação da ‘Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)’, do ‘Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE)’ e do ‘Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem)’, por meio da Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005.

O Projovem foi implantado no ano de 2005, inicialmente como projeto piloto em quatro capitais, Recife, Porto Velho, Salvador e Fortaleza, no ano de 2006, foram implantados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal. As vagas ofertadas foram para jovens de 18 a 24 anos que tivessem concluído a 4.^a (quarta) série e que não tivessem concluído a 8.^a

(oitava) série do ensino fundamental e sem vínculo empregatício. (BRASIL, 2005). O curso tinha duração de 12 meses. Os alunos participantes do programa que cumprissem o mínimo de 75% de presença em sala de aula receberiam R\$ 100,00 por mês, como bolsa auxílio. No ano de 2005, esse valor correspondia a um terço do salário mínimo. Importante ressaltar que o valor continuou o mesmo R\$ 100,00, de 2005 até 2016, o ano de seu encerramento.

O Projovem foi reestruturado em 2008, pela Lei n.º 11.692/2008, quando passou a ser denominado de ‘Projovem Integrado’ e se dividiu em quatro modalidades: “I - Projovem Adolescente; II - Projovem Urbano; III - Projovem Campo - Saberes da Terra e IV – Projovem Trabalhador” (BRASIL, 2008, p. 14). Desse modo, a modalidade ‘Projovem Urbano’ é oriunda do ‘Projovem’, que a partir de 2009 começou a ser denominado em documentos oficiais de ‘Projovem Original’, devido a ser o primeiro a ser instituído. A duração do curso mudou de 12 para 18 meses, a faixa etária passou de 18 a 24 anos, para 18 a 29 anos, a abrangência foi estendida a municípios externos às regiões metropolitanas. Foram extintas as condições de escolaridade e de inexistência de vínculo formal de trabalho.

O ‘Projovem/Projovem Urbano’, desde a sua instituição em 2005, a coordenação coube a Secretaria Nacional de Juventude, órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, em 2011, a partir do segundo semestre foi transferido para o Ministério da Educação (MEC), em 2012, o Decreto n.º 7.690 aprova a criação da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude, “que entre suas atribuições é responsável pela coordenação nacional do Projovem Urbano”. (BRASIL, 2012, p. 22). A coordenação do Projovem Urbano no período de 2012 a 2016 ficou a cargo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do MEC, executada com os sistemas públicos de ensino dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Em Mato Grosso do Sul, a partir de 2012, com a transferência da coordenação do Projovem Urbano para SECADI-MEC, em MS, a coordenação do Projovem Urbano ficou sob a responsabilidade da SED-MS, que no período de 2013-2016, implantou em 33 municípios de MS.

As mudanças ocorridas do ‘Projovem Original’ para o ‘Projovem Urbano’ foram de abrangências de públicos, aumento da carga horária, aprimoramento de técnicas, ajustes, logística, encaminhamentos práticos, mas de forma alguma estrutural, ideológica, de rompimento com as estruturas vigentes.

Um problema de fundo nas políticas públicas brasileiras é a necessidade de compreender as políticas sociais desenvolvidas no Brasil não no ponto de vista ‘assistencialista’, mas no ponto de vista do ‘econômico’ e do ‘político’.

Segundo Neves (2005), o projeto político neoliberal da ‘Terceira Via’ se desenvolve no Brasil desde os meados da década de 1990 e vem sistematicamente sendo conduzido por um conjunto de estratégias voltadas à legitimação de um novo padrão de sociabilidade, capaz de assegurar o exercício da dominação de classe por meio de ‘processos educativos positivos’. Esse conjunto de estratégias, que envolve um intenso e articulado processo de ‘difusão de valores, ideias e práticas sociais’ orientadas pela ‘repolitização da política’, foi denominado por Neves (2005) de ‘Nova Pedagogia da Hegemonia’.

De acordo com Neves & Sant’Anna (2005) a ‘nova pedagogia da hegemonia’ incentiva as soluções individuais. Nesse sentido, afasta as relações sociais do eixo ‘capital’ e ‘trabalho’. O ‘capital’ redefiniu o papel do Estado na dimensão de ‘educador’ da ‘sociedade civil’, nesse sentido, ‘nova pedagogia da hegemonia’ vai ser eficaz porque propaga que todos serão ‘incluídos’. Assim elucidados pelos autores,

São cada vez mais numerosos os grupos de defesa dos interesses de mulheres, homossexuais, crianças, *jovens*, terceira idade, raças e etnias e de valorização da paz e da ecologia. Para Wood (2003), o capitalismo é indiferente às identidades sociais das pessoas que explora, mas tem a capacidade de usar e de descartar opressões sociais particulares. Ele é capaz, portanto, de aproveitar em benefício próprio toda a opressão extra-econômica que esteja histórica e culturalmente disponível em qualquer situação. (NEVES; SANT’ANNA, 2005, p. 36; grifo nosso).

A estratégia da ‘repolitização da política’ em apoiar todos os movimentos de ‘opressão extra-econômica’, pois os mesmos fortalecem o ‘consenso’ burguês.

O ‘Projeto Pedagógico Integrado (PPI)’ do Projovem Urbano, define os princípios político-pedagógicos, indica a forma de implantação do programa e as suas diretrizes curriculares e metodológicas, visando orientar a elaboração dos materiais didáticos e complementares, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. A finalidade básica do Projovem Urbano é a formação integral dos jovens, incluindo a educação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã.

A Formação Básica para elevação da escolaridade com a conclusão do ensino fundamental; a Qualificação Profissional para o mundo do trabalho, incluindo qualificação inicial em um arco de ocupações e a Participação Cidadã envolvendo uma experiência de ação social cidadã. Para que o curso cumpra as finalidades a que se propôs, essas três dimensões devem ser articuladas, de modo que cada uma contribua para fortalecer as demais. (BRASIL, 2008, p. 63).

Suas finalidades específicas envolvem a ampliação da capacidade de produção e comunicação dos jovens participantes, bem como a inclusão digital e cultural. (BRASIL, 2008, p. 66-67).

Seus objetivos gerais buscam oferecer oportunidade de novas formas de interação, apropriação de novos conhecimentos, reelaboração de experiências e visão de mundo a fim de que os jovens possam: afirmar sua dignidade como seres humanos, cidadãos e trabalhadores; utilizar a leitura e a escrita; planejar projeto profissional; apreciar dimensão estética; assumir responsabilidade com o grupo; conviver e trabalhar em equipe; posicionar-se ativamente contra a discriminação; exercer direitos e continuar estudando ao longo da vida. (BRASIL, 2008, p. 66-70).

A concepção da ‘nova pedagogia da hegemonia’ está inseridas nos dois programas, tanto no ‘Projovem Original’ como no ‘Projovem Urbano’, uma vez que não se ensina somente a questão educacional, inclui-se no currículo a articulação de instrumentos para a ‘qualificação profissional inicial’ e ‘participação cidadã’.

De acordo com o ‘PPI do Projovem Urbano’, os jovens tem que ser os ‘protagonistas’ das propostas instituídas em seu favor, explicado assim pelo documento,

O termo protagonismo é formado por duas raízes gregas: *proto*, que significa ‘o primeiro, o principal’ e *agon*, que significa ‘luta’. *Agonistes*, por sua vez, significa ‘lutador’. Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal. Portanto protagonismo juvenil significa que o jovem tem que ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas em seu favor. (BRASIL, 2008, p. 152; grifo do original).

O ‘Projovem Urbano’ valoriza o ‘protagonismo juvenil’ em todos os conteúdos pedagógicos, ou seja, em toda a matriz curricular do Projovem Urbano, o jovem como ‘protagonista’, assim referenciado no ‘PPI do Projovem Urbano’,

A matriz curricular foi uma referência essencial para a elaboração dos materiais didáticos e complementares, a organização do trabalho pedagógico e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem. O Programa dá grande importância ao *protagonismo dos jovens* e à cidade como espaço educativo. (BRASIL, 2008, p. 33; grifo nosso).

Outro componente importante do ‘PPI do Projovem Urbano’ é dada à ‘Participação Cidadã’, pois tem um horário especial na grade curricular (com cinco aulas semanais), conteúdos exclusivos da disciplina, além da dimensão ‘Participação Cidadã’ estar inserida nas disciplinas integradas, nesse sentido, ocupa um lugar de destaque no programa, em que corresponde a dois conjuntos de atividades, o teórico, com uma disciplina específica, que se articula com as demais disciplinas do programa e o segundo conjunto o Plano de Ação Comunitária (PLA) para a realização de atividades práticas, descritas desta maneira,

Outro importante instrumento de integração do currículo do Projovem Urbano é constituído pelo *Plano de Ação Comunitária - PLA*, um plano a ser elaborado, desenvolvido, avaliado e sistematizado ao longo do curso, no componente curricular Participação Cidadã. Tem como referência a ideia de que *participar e exercer cidadania são ações que se aprendem fazendo*. Inicia-se pela construção de um *mapa de desafios da comunidade*, que exige o conhecimento da cidade, especialmente da realidade social (ou local) em que os jovens estão inseridos, para o que são usados conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes do currículo. (BRASIL, 2008, p. 78; grifo do original).

Atribui-se para os jovens do Projovem Urbano com a dimensão ‘Participação Cidadã’ a ‘praticar’ a ‘cidadania’ e a responsabilidade de ser um ‘agente ativo’, um ‘solidário’ para com a sua ‘comunidade’. Nesse viés é dada a ‘tarefa’ aos menos favorecidos socialmente, ou melhor, ao jovem ‘excluído’, a responsabilidade de mudanças nas ‘comunidades’ carentes de serviços públicos que deveriam ser oferecidos pelo Estado, como educação, saúde, moradia, área de lazer, entre outros. O objetivo da ‘Participação Cidadã’ de acordo como o ‘PPI do Projovem Urbano’ é a valorização da solidariedade, da cooperação, bem como o desenvolvimento do ‘sentimento de pertença’ a sua coletividade, assim, a ‘Participação Cidadã’ visa fomentar uma cultura de ‘participação’ e exercício de ‘cidadania ativa’ entre os jovens, por isso, a ‘inclusão’ no currículo do Projovem Urbano de ‘práticas associativas’ e de ‘trabalho coletivo’. (BRASIL, 2008).

No que diz respeito ao PLA, exige-se dos alunos uma experiência de ‘trabalho cooperativo’ e de ‘responsabilidade solidária’ com o grupo, busca assim, formar jovens a se importar em ‘participar’ de alguma ‘mudança’ na ‘sociedade em que vive’. Ressalto que sob esse ponto de vista, ‘participar’ é ser ‘colaborador’ e ‘solidário’ com as questões sociais. (BRASIL, 2008).

A ‘participação’ dos jovens é avaliado pelo Relatório Final (Brasil, 2009) como algo eficaz do programa, assim referida,

A participação em coletivos e grupos é uma experiência vital não só para a juventude, que se inicia ainda na infância, através da escola, que permite a circulação inicial para além do âmbito familiar. A juventude representa o momento mais intenso de abertura dos horizontes intelectuais e afetivos, já que é quando se ampliam consideravelmente as redes de relações sociais que terão papel determinante na construção do lugar no mundo, propiciando também um contato mais direto com a realidade em que se vive. Mas participação não é uma questão que diga respeito somente aos jovens, já que todos temos a nossa cota de responsabilidade na condução da vida coletiva. (BRASIL, 2009, p. 92; grifo nosso).

O Relatório Final do Projovem (BRASIL, 2009) enfatiza o quanto é importante e fundamental a ‘participação’ dos jovens em ‘grupos’, nos ‘coletivos’, para além do ambiente

familiar e da escola, pois a ‘juventude’ representa abertura a ‘novos horizontes’ e momentos de integração a ‘redes’ de ‘relações sociais’, nesse sentido, a preocupação dos defensores do ‘capital’ em fazer com que a ‘juventude’, em situação de ‘vulnerabilidade social’ possa ser educada aos moldes da sociedade capitalista.

A ‘participação’ é concebida no Projovem Urbano como ‘potencialidade’ para o exercício de uma ‘cidadania ativa’, quer dizer, ensinar aos jovens a lutar para ter ‘acessos de direitos’ e incentivá-los a participar de ‘movimentos sociais’, além de serem colaboradores de questões sociais, principalmente de sua ‘comunidade’, de seu bairro e de sua cidade.

Nesse ponto de vista, a ‘Participação Cidadã’ incentiva o jovem a ser visto como ‘agente mobilizador’ ou ‘transformador’ de sua própria realidade. A estratégia utilizada é a realização de projetos sociais, com o objetivo de estimular a integração entre o jovem e a sua ‘comunidade’ para serem solidários em problemas sociais de autoajuda.

Portanto, a Participação Cidadã é vista pela coordenação nacional do Projovem Urbano como uma dimensão importante do programa, que potencializa a intervenção do jovem como ‘sujeito ativo’ e ‘participativo’ no lugar onde vive e convive.

Com base nessas ‘novas’ orientações, o Estado assume cada vez mais fortemente a tarefa educadora da classe trabalhadora para a nova cidadania capitalista neoliberal, ou melhor, ‘a nova pedagogia da hegemonia’. A educação, neste contexto, cabe preparar não somente para os novos perfis profissionais, mas também para novas formas de ‘participação’. Importante ressaltar que a sociabilidade ‘cidadã’ é pautada na ‘participação’ como ‘colaboração’ de todos em prol de uma ‘harmonia social’. Isto é, a ‘participação’ como responsabilidade na conduta da vida coletiva, cabe assim, ao programa formar os alunos para a construção de uma ‘cidadania’ adequada ao modelo de sociabilidade capitalista contemporânea.

A ‘juventude’ é chamada para ser ‘protagonista’ das soluções dos problemas sociais, em que os jovens são evocados a serem os ‘atores principais’, contudo, uma ação política despida da ‘luta’ transformadora de sociedade, o ‘protagonismo juvenil’ da ‘nova pedagogia da hegemonia’ é transformado em ‘atuação’ social. Ou seja, trabalhos voluntários para a coletividade em favor de ações que beneficiem grupos específicos, assim, praticam a ‘cidadania’ e a ‘solidariedade’.

Em Mato Grosso do Sul, o município de Campo Grande, capital de MS, implantou o Projovem Original desde 2006 pelo ente Município, com a reestruturação do programa para Projovem Urbano e a adesão do ente Estado, a coordenação passou para a Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS), que em 2009-2011 implantou o Projovem Urbano

nos municípios de Campo Grande, Dourados, Rio Verde, Coxim, Três lagoas, Ponta Porã, Sidrolândia e Rio Brillhante. (MATO GROSSO DO SUL, 2009, p. 3).

Em 2012, com a transferência da coordenação do Projovem Urbano para SECADI-MEC, em MS, a coordenação do Projovem Urbano ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (SED-MS). Deste modo, possibilitou que em MS no período de 2013-2016, fosse implantado em 33 municípios das escolas estaduais de MS.

Os resultados parciais indicam: a implantação do Projovem Urbano em 33 municípios de MS; a implementação do Projeto Político Integrado (PPI) do Projovem Urbano em 33 municípios de MS; e a Participação Cidadã como uma dimensão importante do Projovem Urbano nas escolas pesquisadas.

Referências

BRASIL. R. F. *Projeto do Programa Projovem. Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Educação, Qualificação e Ação Comunitária*. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude: Brasília, 2005.

BRASIL. R. F. *Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano (PPI)*. Brasília: Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, 2008.

BRASIL, R. F. *Relatório Final do Projovem de 2005 a 2008*. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude: Brasília, 2009.

BRASIL. R. F. *Manual do Educador: Orientações Gerais*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, 2012.

IBGE. Estimativa populacional 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500270&search=mato-grosso-do-sul|campo-grande>. Acesso em 15 out. 2017a.

IBGE. Estimativa populacional 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500370&search=mato-grosso-do-sul|dourados>. Acesso em 15 out. 2017b.

MATO GROSSO DO SUL, *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul*. N.º 7332, página 3. Campo Grande-MS, 2009.

MATO GROSSO DO SUL, *Projovem Urbano ano de execução 2015-2016*. Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED-MS). Campo Grande-MS, 2016, p. 1-2.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso* São Paulo: Editora Xamã e Gráfica Ltda., 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *Uma direita para o social e uma esquerda para o*

capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; SANT'ANNA, Ronaldo. *Introdução: Gramsci, o Estado educador e a nova pedagogia da hegemonia.* In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** Coletivo de Estudos de Política Educacional. São Paulo: Editora Xamã e Gráfica Ltda., 2005. p.19-39.